

O discurso memorialístico de leitores do município de Dourados, Mato Grosso do Sul*

Alexandra Santos Pinheiro**

Robinson Santos Pinheiro***

Resumo

Baseado em Bourdieu (2001), Chartier (1999;2009), Loiva Félix (1998), Achugar (2006) e Bhabha (1998), o presente texto analisa a trajetória de leitura de moradoras do Município de Dourados-MS. Muitos estudos já foram realizados sobre a fundação da cidade que nasce, principalmente, a partir da imigração de agricultores, oriundos, em grande parte, do sul do país, que, atraídos pelo baixo preço de terras, instalaram-se na cidade. A perspectiva deste trabalho é a de identificar, por meio de arquivos, textos e lembranças de moradores que nasceram ou que residem em Dourados desde a década de 20, do século XX, as práticas culturais, dando ênfase à leitura, que marcaram o processo de consolidação da cidade.

Palavras-chave

Leitura; memória; práticas culturais.

Abstract

Based on Bourdieu (2001), Chartier (1999, 2009), Loiva Felix (1998), Achugar (2006,) and Bhabha (1998), this paper analyzes the history of reading of the inhabitants of the City of Dourados - MS. Many studies have focused on the foundation of the city, mainly a result of the immigration of farmers who, attracted by cheap land, came from southern states and settled in the city. The objective of this paper is to identify cultural practices, especially reading, through research on files, texts and memories of people either born or residing in Dourados since the 20s of the twentieth century, who were prominent in the process of consolidation of the city

Keywords

Reading; memory; cultural practices.

* Artigo recebido em 29/05/2012 e aprovado em 10/09/2012.

** Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

*** Mestre em Geografia Humana pela Universidade Federal da Grande Dourados e aluno de doutorado em Geografia Humana na Universidade Federal de Goiás, Campus de Goiânia. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais - LABOTER/UFG. Bolsista CAPES.

É preciso observar, também, que a leitura é sempre uma prática encarnada por gestos, espaços e hábitos. Longe de uma abordagem fenomenológica que apaga as modalidades concretas da leitura, considerada como uma invariante antropológica, é preciso identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores, as tradições de leitura, as maneiras de ler.

(Roger Chartier)

Introdução: memória e identificação

Ao longo do texto, analisaremos o discurso de moradores que se intitulam leitores, na maioria mulheres da cidade de Dourados. No transcorrer do segundo semestre de 2008, esses moradores, todos com mais de 60 anos, concederam-nos entrevistas com o intuito de relembrar a infância ou a chegada a Dourados, como também os primeiros livros, as histórias orais que ouviam dos pais, dos avôs etc. As lembranças de senhores e senhoras permitiram-nos vislumbrar as primeiras respostas para as indagações que nortearam o projeto de pesquisa: “Histórias de Leitura em Dourados (1925-1980): livros, leitores(as), escritores(as), escolas e bibliotecas”.

Para o desenvolvimento desse projeto, importava saber quem foram os primeiros moradores-leitores, como também o que liam; qual a identificação que mantinham com a cidade, e como os livros chegavam até o município. Vale dizer que a pesquisa de campo, uma das metodologias adotadas para o trabalho, deu-nos a fortuna de conhecer pessoas¹ de diferentes níveis sociais, escolares, econômicos e de variadas etnias. Sujeitos que se identificam pela relação que mantêm com os livros e com a prática da leitura e, ao mesmo tempo, distanciam-se de uma Dourados das décadas de 50, 60 e 70 com poucas escolas e livros. Bhabha (1998, p. 20) salienta a importância de se considerar o “entre lugar”, ou seja, “a necessidade de focalizar os processos resultantes da articulação de diferenças culturais” para identificar o *locus* enunciativo daquele que rememora/recria suas lembranças.

Há muitas maneiras de apresentar Dourados aos que não conhecem o município. Dentre elas, podemos dizer que se trata de uma cidade que fica a 250 quilômetros da capital Campo Grande. Também destacamos a forte presença da população indígena, dividida em três aldeias, onde residem diferentes etnias – Kaiowá, Guarani-Ñandeva e Terena. Segundo o Conselho Indigenista Missionário – CIMI-MS, hoje, a população de

¹ Não revelamos a identidade dos entrevistados, pois estes nos pediram que seus nomes fossem preservados.

Dourados é constituída por mais de 14 mil indígenas e cerca de 160 mil não-indígenas. As primeiras décadas do século XX foram marcadas pela chegada de sulistas e paulistas. A maioria destes se deslocou para a região com objetivo de comprar terras baratas para investir na agricultura. Não por acaso, ainda hoje, a agricultura é a maior fonte de renda do município. Aos indígenas, restou o deslocamento para a margem da cidade, onde dividem o pouco de terra deixada a eles. Nas décadas de 50 e 60, principal época rememorada pelos entrevistados, a cidade ainda não tinha nenhuma rua asfaltada e não contava com iluminação pública.

A análise do *corpus* realizar-se-á à luz da leitura de Roger Chartier, perspectiva que nos obriga a não limitar a interpretação ao objetivo de investigar a “genealogia da maneira contemporânea de ler em silêncio e com os olhos”. Pretendemos identificar, no discurso dos leitores,

Os gestos esquecidos, os hábitos que desapareceram. O desafio é muito importante, pois revela não só a distante estranheza de práticas que eram comuns antigamente, mas também o estatuto, primeiro e específico, de textos que foram compostos para leituras que não são mais as de hoje (CHARTIER, 2002, p.8).

De certa forma, conhecer a trajetória dos primeiros livros que chegaram a Dourados também significa identificar a valorização (ou não) do processo educacional (não só em relação às instituições escolares) da cidade. Por outro lado, à medida que identificamos os livros, localizamos os seus leitores e as suas escolhas. Como resultado, os entrevistados teceram narrativas criadas mediante suas lembranças. São sujeitos que voltam ao passado, mas que não o encontram mais tal qual era, pelo contrário, reinventam-no a partir das experiências que separam os acontecimentos passados dos de hoje. Ecléa Bosi, em *Memória e sociedade*, lembra que o processo de rememorar não constrói nem anula o tempo, e acrescenta que, “ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol. Realiza uma evocação” (1994, 59).

A busca por essa “evocação” impulsionou as conversas com moradores leitores da cidade de Dourados. O envolvimento das senhoras e senhores com as práticas de leitura é muito significativo, tanto entre os que nasceram na cidade quanto entre os que vivem nela desde a década de 50. O grupo é diversificado: professores universitários, funcionários públicos e donas de casa que não concluíram o Ensino Primário. Todavia, o discurso em torno das práticas de leitura os aproxima no que se refere à dificuldade do

acesso ao livro, à valorização desse bem e à forma com que se identificam ou não com a cidade.

Nesse sentido, é significativo evidenciar as cogitações de Halbwachs, no livro *A memória coletiva* (2006), no qual o autor reverbera para o fato de que a nossa memória possui tanto elementos inerentes às nossas subjetividades (selecionando e expondo aspectos mais significativos) como coletivos, pois as nossas memórias participam de um processo de coletivização, não vivemos isolados no mundo, é no/com o mundo que interagimos, dentro do processo de humanização. Dessa forma, as lembranças de fatos ocorridos ganham amplidão de sentidos quando conseguimos introduzir outras vozes que procuram, nas palavras de Durval, inventar o seu passado como o passado histórico, ampliando o horizonte analítico dos fatos estudados. Para Loiva Felix,

A memória acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, já que seu suporte é o grupo social. É este que permite a *reconstrução de memórias*, pois quem desaparece é o indivíduo e não o grupo. Essa dimensão social da memória e da identidade explica também por que não podemos considerar identidade como um dado pronto, um produto social acabado (1998, p. 40).

Félix permite afirmar que, no ato de lembrar, servimo-nos de “campos de significados” – os quadros sociais – que funcionam como pontos de referência. Da rememoração dos entrevistados, apreendemos os sentidos de identificação, de esquecimento e de negação de sujeitos que se inserem enquanto leitores. Relembrem seu passado e se observam como diferentes em meio à estrutura cultural do município. Sabemos que o processo de consolidação da identidade não é algo harmonioso e encerrado em si, uma vez que é fruto do conflito resultante dos diferentes. Como afirma Loiva Félix, “a identidade tem que ser percebida, captada e construída e em permanente transformação, isto é, enquanto processo. Logo, a identidade pressupõe um elo com a história passada e com a memória do grupo” (1998, p. 42).

Isso, talvez, pudesse justificar a não identificação dos moradores que vieram de cidades com infra-estruturas mais consolidadas. Ou seja, o reconhecimento da diferença é fruto desses conflitos de interesses e necessidades em constante processo de transformação. O que se tenta estabelecer como identidade acabada e definitiva, incorporada pelo discurso oficial, hoje, acaba conflituando com a dinâmica social, que sempre ressignifica e redefine esse sentido de pertencimento para um espaço futuro e a ser construído. Como afirma Bhabha,

[...] a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia *autocumpridora* – é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem. A demanda da

identificação – isto é, ser *para* um Outro – implica a representação do sujeito na ordem diferenciadora da alteridade. A identificação, como inferimos dos exemplos precedentes, é sempre o retorno de uma imagem de identidade que traz a marca da fissura do Outro de onde ela vem (BHABHA 1998, p. 76)².

Dentro da tensão de interesses – quando se realiza a eleição de elementos simbólicos e concretos, os quais se apresentam no nível do indivíduo –, a noção de pertencimento territorial vai se firmando. Dessa busca pela identificação, resulta o conflito, de modo que é o contínuo conflito que passa pelo nível do sujeito em relação ao seu grupo social, ao conjunto da sociedade e do estado como um todo. Na perspectiva evidenciada por Bhabha (1998), perscrutamos que a identidade se dá a partir de uma interação conflituosa. No caso dos moradores entrevistados, observamos que a não identificação com o município é assumida entre os que, antes de se instalarem aqui, viveram em cidades com infra-estrutura não encontrada no município de Dourados na década de 50: asfalto, opção de casa para alugar ou comprar, escolas, e o acesso aos livros. Isso é denominado por Hall (2006)³ como negociação. Os “diferentes⁴” se veem obrigados a negociar e, assim, o território acaba sendo este elemento de reestruturação cultural que expressará as formas com que a sociedade vai negociando e se formando enquanto município, estado da federação ou Estado-Nação. Conforme as palavras de Bossé,

A identidade é uma construção social e histórica do ‘próprio’ [do *soi*, do *self*] e do ‘outro’, entidades que, longe de serem congeladas em uma permanência ‘essencial’, estão constante e reciprocamente engajadas e negociadas em relações de poder, de troca ou de confrontação, mais ou menos disputáveis e disputadas, que variam no tempo e no espaço (2004, p. 163).

Nessa direção, deve-se, ao pensar a identidade territorial, levar em consideração quem é ou são o(s) enunciator(es) do processo simbólico e histórico de identificação territorial. Vale destacar a importância de se ter ciência de quais foram os arranjos políticos, econômicos, culturais, ideológicos que promoveram a construção dos meios simbólicos que ofertaram a identificação, no nosso caso, o embate dos grupos sociais

² Grifos originais.

³ “Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perderem completamente suas identidades” (HALL, 2006, p. 88).

⁴ Salientamos que o foco deste trabalho implica em observar como moradores e leitores do município de Dourados, pessoas nascidas aqui e vindas de fora, identificam-se com o local de vivência. Desejamos salientar nosso respeito aos que, ao saírem de suas origens, por diferentes motivos, instalaram-se num lugar desconhecido. Trata-se de pessoas que se lançaram na construção de novas maneiras de se ver e de ver o mundo. Cidadãos que, de diferentes formas, construíram (e constroem) a história de Dourados. Trazemos o discurso dessas pessoas para análise no intuito de perceber como os dois grupos de leitores (os de fora e os nascidos aqui) rememoram a vida no município, como se identificam e como constroem formas de identificação.

que efetivaram a identificação territorial douradense. Tendo consciência dos enunciadores, poderemos compreender os elementos que foram enaltecidos no discurso dos moradores, como de identificação social, pois “[...] todo lugar de enunciação é, ao mesmo tempo, um lugar concreto, verdadeiro, e um lugar teórico ou desejado” (ACHUGAR, 2006, p. 19). Nos discursos em análise, o Outro ou a alteridade não eram inseridos dentro do processo de formação identitária.

A partir dessas cogitações gerais, visualizamos o processo de identificação social e territorial de Dourados. No ato de lembrar, debruçamo-nos sobre os “campos de significados” – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado, à medida que as localizações, espacial e temporal, das lembranças são a essência da memória. Nesse sentido, é interessante localizar os entrevistados na temporalidade e na espacialidade em que estavam inseridos antes de virem para Dourados. Dessa forma, perscrutarmos os padrões (identitários) comparativos que os mesmos trazem na “bagagem”. Haesbaert contribui com a presente discussão quando afirma que

Um exemplo analisado por nós em maior detalhe [...] revelou que determinados grupos culturais migrantes podem não apenas entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas, mas também levar sua territorialidade consigo, tentando reproduzi-la nas áreas para onde se dirigem (1996, p. 184).

Num outro sentido, a contextualização da espacialidade e da temporalidade dos entrevistados pode nos auxiliar a pensar o conceito de identidade. A comparação entre o discurso dos moradores leitores que nasceram no município com os enunciados dos que vieram de outros lugares mostra as diferenças em relação à maneira com que se relacionam com os livros e com Dourados. O campo da contextualização⁵ auxiliará na compreensão do *locus* de enunciação dos entrevistados e, assim, averiguaremos de qual grupo social eles falam e quais são os seus campos estéticos comparativos para se localizarem espacialmente na referida cidade. Resultante disso é a busca por consolidar uma identificação territorial que venha representar quem eles são ou almejam ser. Assim, eles podem negar as suas próprias empirias do local, para consolidarem suas existências espaciais em outras localidades – “civilizada”, “desenvolvida”⁶, como ainda

⁵ Ver Gadamer (1998; 2007).

⁶ Aqui deixamos claro que a nossa visão não é a de comparações. Temos conhecimento do alto grau de preconceito que estas palavras carregam consigo e que a noção de civilizado e desenvolvimento já foram historicamente desconstruídas.

podem se apropriar desta realidade para costurarem os fios de sua vida, frente ao processo de orientação do ser no/com o mundo.

Práticas de leituras: memórias de leitores

As primeiras lembranças que ouvimos foram coletadas de uma das moradoras mais antigas. Neta de um comerciante, que mais tarde a história consagraria como cidadão ilustre, a entrevistada chegou a Dourados antes de sua emancipação, em 20 de dezembro de 1935. É significativo iniciar a análise pela memória dessa moradora, visto que os demais, que nasceram ou chegaram aqui a partir da década de 50, vão retomar o mesmo discurso, demonstrando que nos primeiros anos de emancipação a cidade contava com poucos recursos estruturais.

A leitora (denominaremos de moradora A), que chegou à cidade em 1906, lembrou, em sua fala, da dificuldade em viajar até Campo Grande por causa da precariedade das estradas. Recordou também que, na parte urbana, nenhuma rua era asfaltada e que havia poucos estabelecimentos escolares: “Na infância, brincávamos muito, mas não havia o incentivo para lermos. Eu lia muito porque gostava de ler, mas ninguém incentivava a gente a ler. A leitura instruiu. Eu aprendi lendo, mas sem incentivo de ninguém. Nenhuma organização, ninguém⁷”.

Esta passagem torna-se marcante para pensarmos a própria fala desta moradora/leitora, pois ela aponta que a leitura estava aquém das necessidades que grande parte da territorialidade habitada requeria. O que argumentamos é que as estruturas sócio-econômicas, no momento, não estavam interessadas em dotar de conhecimentos institucionais os moradores que escolheram a cidade de Dourados para consolidarem suas existências. Priorizava-se o produzir e se reproduzir. Neste sentido, as mulheres ganham destaque, uma vez que tinham papel fundamental no que se referia à reprodução. A consolidação de uma sociedade patriarcal fazia com que elas não estudassem e que somente aprendessem as coisas do “lar”, para serem boas esposas. Com 92 anos, voz cansada, a moradora A rememorou o dia em que foi expulsa da escola, onde cursava o quarto ano primário:

⁷ As palavras da entrevistada apontam para uma realidade vivenciada não apenas em Dourados, mas na maior parte do interior brasileiro. Mesmo nos grandes centros, se o aluno não fosse proveniente de uma família de posses, que disponibilizasse de bons materiais impressos para o deleite de todos, ele teria dificuldades em suprir seu prazer pela leitura. Portanto, embora o texto trate de uma realidade específica, vamos percebendo que essa história está inserida em um contexto maior, marcado, principalmente, pela questão sócio-econômica.

Tenho faculdade da vida. Sou autodidática, fiz até a quarta série. (...). Eu questioneei uma vírgula com o professor Ernani, e ele me colocou de castigo. Depois, me expulsou da escola, alegando que eu queria saber mais do que ele (...). Quando cresci, não pude estudar porque tinha as obrigações de dona de casa. O que eu aprendi, aprendi lendo. (moradora A)

Fora da escola, ela passaria a ler por iniciativa própria. Tratava-se, como ela mesma gosta de se definir, de uma autodidata. Depois de casada, deixava a louça por lavar e garantia o tempo de leitura com os quatro filhos: “Eu trabalhava muito, mas tinha uma obrigação. Antes de dormir, antes das orações, eu deixava a louça por lavar e contava uma história para meus quatro filhos”. Quarenta e oito anos depois da chegada dessa moradora, instala-se na cidade o primeiro professor com diploma de Ensino Superior, José Pereira Lins⁸. Tendo como referência a capital do Paraná, o professor trouxe à tona as recordações do que encontrou em Dourados em 1954, numa perspectiva claramente comparativa:

Cheguei aqui em 1954, com minha esposa e mais dois filhos. Meus dados são oficiais, Dourados tinham em torno de 3 mil habitantes, muitas ruas ainda não estavam abertas, não havia calçada. O barro era pegajoso. Andávamos de bota em dia de chuva. Não havia luz elétrica. Quando eu fundei o curso noturno da escola Osvaldo Cruz, eu iluminei tudo com lampião a gás. Não havia nada que cheirasse à civilização. (professor José Pereira Lins, entrevistado em setembro de 2008)

As recordações do professor aproximam-se dos problemas apontados pela primeira entrevistada. Todavia, enquanto a primeira atém-se às dificuldades para a prática de leitura (pela falta de estabelecimentos escolares, de livros e de alguém que a incentivasse), o segundo vai sinalizar para as deficiências estruturais, como a necessidade de andar de botas em dias de chuva e a falta de energia elétrica. Na entrevista anterior, a leitora não indicou a falta de asfalto dentro da cidade, mas no percurso entre o município e sua cidade de origem.

Do discurso do professor Lins, extraímos, em especial, a frase “não havia nada que cheirasse à civilização”. O que é ser civilizado? Esta pergunta somente é passível de ser respondida em partes, todavia, percebemos que a noção de civilização, para Lins, está assentada no fator de comparação. O olhar de um indivíduo, que vem de uma cidade maior, que vivenciava uma espacialidade diferenciada com asfalto, luz elétrica e universidade, ao se deparar com a ausência desses elementos, vê-se com direitos para conferir à nova localidade, que habita, o *status* de “não-civilizado”.

⁸ Permitiu que fosse identificado.

A forma com que o professor Lins rememora os seus primeiros anos em Dourados permite-nos pensar a construção de uma possível identidade douradense, fruto de um complexo jogo de escalas que envolvem o olhar dos indivíduos e de comparações dadas a partir de suas empirias existenciais, dos percursos que o ser realiza durante o ato de viver. Nesse sentido, as comparações acabam por culminar no profundo desejo de ser outro, superior, de modo que o encontro com o diferente pode causar repulsa/negação sobre a nova realidade. O conflito resultante entre os diferentes pode propiciar o surgimento de interstícios, de vazios que buscam, na interação, a construção de uma nova e provisória identidade territorial. A respeito da questão identitária, vale lembrar as palavras de Stuart Hall, ao afirmar que

Uma das concepções de identidade seria que: Identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem (2001, p. 11).

O “mundo” com o qual esse morador/leitor identifica-se não é o da cidade que ele escolhe para fundar a escola. Pelo contrário, a nova realidade é considerada, em relação à anterior, como não-civilizada. Em *O Processo Civilizador*, Nobeit Elias distingue o significado do termo para os franceses, para os ingleses e para os alemães:

[...] o conceito francês e inglês de civilização pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. O conceito alemão de *Kultur* (expressão alemã mais próxima de civilização) alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, [...] e fatos econômicos e sociais, por outro. [...] *kultur* descreve o caráter e o valor de determinados produtos humanos, e não o valor intrínseco da pessoa. (ELIAS, 1994, p. 40).

Como afirmamos, o olhar do professor passa pela comparação, de forma que ele tece comparações a partir de sua existência, que é, ao mesmo tempo, espacial⁹, tendo como ponto de orientação a sua cidade de origem. A ausência de luz elétrica, a lembrança dos dias de chuva, quando tinha de enfrentar o “barro pegajoso”, contrasta com a infra-estrutura de sua antiga morada – Curitiba, PR. Trata-se, portanto, de negar suas reais condições de vivências, respaldado em referenciais civilizatórios que eram oriundos da elite da região Sul. Diante do impacto com o que não existia, o discurso mostra também o desejo de demarcar um lugar de precursor, aquele que preencheu os

⁹ “Dissemos que o espaço é existencial; poderíamos dizer da mesma maneira que a existência é espacial, quer dizer, que por uma necessidade interior ela se abre a um ‘fora’, a tal ponto que se pode falar de um espaço mental e de um ‘mundo das significações’ e dos objetos de pensamento que nelas se constituem” (MERLEAU-PONTY, 1996, p. 393).

espaços vazios, como a criação de uma escola com o ensino das séries finais e com cursos noturnos, iluminados por lampião a gás: “Criei campeonatos de oratória, onde hoje é a Biblioteca Municipal, os alunos participavam de campeonatos, ao lado de um curral”.

De forma geral, os entrevistados oriundos de fora viam-se como desbravadores, que carregavam consigo a missão de levar o “progresso” a um rincão longínquo do país, lugar esquecido, selvagem e que, por isso, deveria ser transformado em algo “novo”, que “cheirasse civilização”. Nesse sentido, a postura dos olhares dá-se pela invisibilidade, pelos silenciamentos ou, simplesmente, por colocar o Outro numa terceira margem. Ao invés dos elementos que conferiam a capitais como Curitiba o *status* de “civilizado”, o depoente encontra um embrenhado de natureza, esterco de vaca, curral e Índios, que, por sinal, não foram lembrados por nenhum dos moradores pesquisados¹⁰, nem mesmo pelos que nasceram em Dourados.

Diante da expectativa de despertar entre seus alunos o desejo pelo texto literário, o entrevistado afirma que: “ler é um passeio”. A afirmação do professor Lins nos faz rememorar as palavras de Sartre (In: SANTIAGO, 1978), quando este rememora as doces lembranças de crianças camponesas, que ele nunca vivenciou, pois nunca mexeu na terra, nem jogou pedras nos passarinhos. Para o autor, os livros foram seus passarinhos, seus ninhos, animais de estimação:

Les souvenirs touffus et la douce déraison des enfances paysannes, en vain les chercherais-je en moi. Je n’ai jamais gratté la terre ni quêté des nids, je n’ai pas herborisé ni lancé des pierres aux oiseaux. Mais les livres ont été mes oiseaux et mes nids, mes bêtes domestiques, mon étable et ma campagne¹¹. (SARTRE, *Apud.*, SANTIAGO, 1978, p. 23)

Para além ou aquém da possibilidade de vislumbrar localidades diferenciadas que vivenciamos, o ato de ler e viajar deve ser pensado, também, a partir de uma pergunta básica: Viajar? Para onde? A resposta perpassa um jogo analítico que se direciona mediante nossas interpretações das falas/memórias. Os elementos que fazem referência a um mundo idílico são negados, pois os elementos naturais, como a variação

¹⁰ A não referência ao indígena merece uma atenção especial. Seria o que Achugar (2006) denomina de esquecimento intencional. Não trazer à tona não significa ter esquecido, mas representa a tentativa de apagar uma história de exploração, que implicaria, conseqüentemente, em rever a história de cada imigrante.

¹¹ “As densas lembranças e o doce contra-senso das crianças camponesas, em vão os procuraria em mim. Nunca fuzei a terra nem procurei ninhos, não colecionei plantas nem joguei pedras nos passarinhos. No entanto, os livros foram meus passarinhos e meus ninhos, meus animais de estimação, meu estábulo e meu campo [...]” (SARTRE, In: SANTIAGO, 1978, p. 23).

de grupos étnicos, não participam da proposta desenvolvimentista que a esfera nacional estava arquitetando como projeto econômico e político para o Estado-Nação Brasil. No entanto, este projeto nacional é fruto de modelos exógenos desenvolvimentistas, ou seja, pautavam-se em projetos políticos dos países desenvolvidos e aplicavam-se em nossa realidade.

Este negar que os moradores praticam acaba sendo contraditório no que hoje chamamos de uma literatura regionalista, em que há a valorização do curral, do “chucro”, do “brabo”, da natureza, do barro, dos carros de bois. Parece-nos que este mundo só poderia se fazer interessante nos romances, nas poesias, já que no contato com a referida realidade esses elementos não são percebidos pelos moradores. Por outro lado, ao rememorar a leitura que mais o marcou na infância, cita algumas obras de José de Alencar: “Da literatura comum, os primeiros livros foram as obras de Alencar. Ainda recito alguns trechos de *Iracema*. Li *Ubirajara* e terminei lendo, para completar o ciclo da literatura indígena, o *Guarani*”.

Hoje, quando os entrevistados falam de uma literatura regionalista, que tem por base se expressar acerca da espacialidade de Mato Grosso do Sul, observamos os elogios tecidos e um pseudo-saudosismo, um mundo idílico que deve ser preservado, um paraíso terrestre a ser conservado para que a crença nos deuses não sucumba. Entretanto, este paraíso deve, necessariamente, apresentar-se como externo às vivências dos moradores. Estes indivíduos constroem fronteiras para se distinguirem do paraíso terrestre idealizado. Se a natureza é considerada, no tempo presente, como elemento significativo, em sua lembrança passada, ele não percebia nisso nenhum cheiro de civilização, pois estava muito próximo das suas vivências espaciais. Assim, as barreiras deveriam ser construídas. Ao rememorar, o entrevistado traz a ausência do que existia em Curitiba, como se o processo de negação representasse a barreira entre o “eu” e a “alteridade”. Por outro lado, não podemos deixar de perceber que se trata de alguém que, após a aposentadoria e o fechamento de sua escola, optou por permanecer em Dourados, local com o qual, no tempo presente, ele se identifica.

Entre aqueles que vieram de fora, portanto, temos o olhar do civilizado daquele que não se identificava e que, portanto, procurava demarcar a distância entre suas raízes e a nova realidade imposta: “Identidade é formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade. [...], num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as

identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2001, p. 11). Outra imigrante (moradora B), também professora e procedente da região Sul, rememorou:

Vimos para cá para comprar terras e trabalhar com agricultura. Chegamos aqui na década de 60. Dourados tinha poucas casas; não tinha casas boas para alugar. Tudo era muito difícil. Passei a trabalhar na extensão universitária. As dificuldades eram imensas. A diversão não era tão frequente. Criamos o Centro de Tradições Gaúchas e nos reuníamos para o almoço. Eram poucas atividades de lazer. Aqui eram pouquíssimos os livros, eu levava os meus para sala de aula.

Eu já era professora da Universidade XXXX¹². Aqui em Dourados existiam poucos cursos, a maioria era noturna e não existiam incentivos das famílias para os filhos estudarem, porque não havia iluminação pública. Saíamos de porta em porta à procura de alunos para se inscreverem em nossos cursos (entrevista concedida em março de 2009).

Mais uma vez, o discurso é permeado pela comparação com o que foi deixado em seu lugar de origem. Vale lembrar que a pergunta que introduziu essa resposta foi: “o que encontrou em Dourados quando chegou aqui?”. Ao invés de apontar o que encontrou, recorda-se das ausências: faltavam livros, casas “boas” para alugar, motivação para o estudo. Ao buscar na memória as lembranças da cidade, as imagens se cruzam com o conforto experimentado antes de chegar a Dourados e não permitem visualizar os avanços do município. Por exemplo, já existia uma extensão universitária; não existia iluminação pública, mas já havia iluminação nas casas e na própria extensão, o que garantia a existência de cursos noturnos. A família da entrevistada veio para trabalhar na agricultura, comprar terras baratas; nesse espaço mais afastado do urbano, estavam as aldeias indígenas, contudo, como nas lembranças dos moradores citados anteriormente, elas são omitidas.

Como na entrevista anterior, o imigrante coloca-se como aquele que traz o “progresso”, que preenche as ausências. Caminhava-se de casa em casa à procura de alunos para a extensão universitária, levavam-se livros para a sala de aula. Esses enunciados partem do referencial particular daquele que chega e nega a realidade encontrada aqui. Trata-se de um olhar de valorização do “eu” e da negação do outro. Mais uma vez, não há a identificação com o novo, apesar de estarem em Dourados há décadas, as lembranças são apresentadas de forma a distinguir o “eu” do outro. Como fizemos na análise do discurso do professor Lins, é importante salientar que tratamos de um discurso que rememora o passado. Hoje, também essa moradora sente-se orgulhosa do trabalho que desenvolveu na cidade e se intitula como uma cidadã douradense.

¹² Optamos por não revelar o nome da instituição, para que esse dado não permita a identificação da entrevistada, que ainda não autorizou que seu nome seja exposto.

Tanto na fala do professor Lins como na da outra professora, observamos o desejo de se colocar como aquele que traz o conhecimento, representado pelo livro e pela escola. Ao analisar o romance de Antonio Tabucchi – *Noturno Indiano* –, Brandão (2005) pensa a questão da identidade nacional a partir do percurso de sombras. Para o autor, a noção de identidade nacional é dada no imaginário de quem a produz. Nesse sentido, ao mesmo tempo que produz sentidos e significados para luminar determinada comunidade, também produz as sombras, outras paisagens que o discurso generalizante ou excludente não permite visualizar. Conforme Brandão:

Há [...] outro espaço que margeia o percurso retilíneo da luz; há outra paisagem, que se esquiva à visibilidade pretensamente total”. O ato de imaginar é um ato egocêntrico porque comunga na procura da visibilidade dos seus iguais, desta monta, é o celebrar a si, dentro dos seus iguais, negando ou marginalizando, até mesmo colocando nas sombras os “diferentes” (BRANDÃO, 2005, p. 22).

Ainda de acordo com Brandão:

Se a nação é, conforme pretende Benedict Anderson [...], uma comunidade imaginada, a condição de imaginar é definidora mas também instabilizadora da noção de comunidade. O imaginário viabiliza a luz nacional, mas, simultaneamente, nela incula sombras. Para se indagar o imaginário nacional, pode-se partir, portanto, de duas poderosas vertentes: um imaginário da luminosidade, que se manifesta nos inúmeros discursos e realidades que, pelas mais diversas razões e métodos conquistam o poder de celebrar a si próprios; um imaginário da penumbra, cujas concretizações são a contradita de tal poder, as variáveis que perturbam o equacionamento e os princípios de seus métodos e razões (2005, p. 23).

Apropriamo-nos das ideias de Brandão para pensar a identidade territorial, seja a nacional, a estadual ou a municipal, pois ambas acabam por participar dos mesmos princípios de imaginação, dada a partir dos enunciadores do discurso, como o de sombras, de invisibilidades. O processo de identificação se constrói devido a identidade só existir pela criação imaginária de estereótipos – pelos signos que representam dadas comunidades/grupos. Esses estereótipos são analisados por fora, ou seja, pelo olhar do outro que se compara e que acaba por criar ou formar a sua identificação.

Tal identificação se desenrolará de múltiplas maneiras, seja através dos rituais sagrados que determinado grupo desenvolve em seu território, seja pela forma que cuida da lavoura. Contudo, este olhar é seccionista e, muitas vezes, está carregado de preconceitos no que diz respeito à crença na existência da superioridade de um perante o outro. Exemplo caro seria o olhar que os ocidentais – localizados no hemisfério Norte – direcionam aos países localizados no hemisfério Sul. Aproximando o exemplo para a experiência brasileira, podemos citar o olhar de superioridade que parte dos moradores

da região Sudeste direciona para as regiões Nordeste, Centro-oeste e Norte do território nacional.

É o que aconteceu no caso de Mato Grosso do Sul, em que o índio, o negro e os outros grupos “minoritários” foram negados ou, em muitos casos, julgados inferiores dentro da construção do processo de identificação, sendo silenciados e colocados numa terceira margem¹³ por não atenderem aos anseios de uma camada de privilegiados que estava se assentando no poder, arquitetando referenciais que os distinguissem destes Outros, clamando por uma camada de “pioneiros” e “desbravadores” que legitimassem suas famílias no poder político e administrativo de uma porção territorial que estava buscando se emancipar politicamente de Mato Grosso.

Neste momento, cabe discutir a questão da identidade, mais especificamente o da identificação. Como ressalta Bhabha (1998), a identidade nunca é acabada, ela participa de um contínuo de interações. Numa determinada espacialidade, os diferentes – que são a base para se pensar a questão da identidade – encontram-se dentro dessas relações. A identidade seria, então, um olhar perante o outro.

Hall (2006) defende a existência de um processo de negociação, em que os diferentes se encontram e assim produzem a identificação, já que esta não é algo estático. Nessa ação de identificação, existe o contato de um com o outro. Diante disso, surgem os entre-lugares (Santiago¹⁴, 1978), os interstícios, que não são nem uma coisa e nem outra. Esta identificação pode ser pensada diante de algumas possibilidades: uma delas é o negar suas reais condições de vivências para se fazer numa outra espacialidade. Ou seja, o olhar que os entrevistados direcionam para Dourados é marcado pela invisibilidade, pois eles não se veem nessa espacialidade. A ausência de livros, de boas instituições de ensino, de pessoas interessadas em frequentar a universidade, a pouca opção de casas “boas” e o barro “pegajoso” seriam alguns dos motivos para se negar tal realidade. Nessa perspectiva, devemos apontar que os imigrantes também vivenciaram o “entre-lugar”, afirmação justificada pelo próprio discurso do conflito apresentado em seu enunciado. Por alguma razão, eles precisaram

¹³ A invisibilidade, o silenciamento, o colocar numa terceira margem contribuem para explicar os atuais conflitos de terra pelos quais passa Mato Grosso do Sul, em que os indígenas reivindicam o direito à terra, para que eles possam garantir o produzir e o reproduzir das suas vidas. Contudo, no discurso oficial, os Índios são silenciados e o exaltado é o direito dos fazendeiros pelas terras, pois são parentes dos pioneiros, dos desbravadores que trouxeram o dito “progresso” de que gozamos hoje.

¹⁴ É importante situar o lugar de origem da referência de Santiago. O conceito de “entre-lugar” é discutido para redefinir o pensamento crítico literário.

se instalar no município, mas o primeiro impacto, o da ausência em comparação ao que se tinha antes, obrigou-os a se redefinirem na nova realidade.

A questão da identificação pode ser percebida, no caso desta pesquisa, pela analogia entre o discurso do que veio de fora e o discurso daquele que nasceu aqui. As ausências identificadas no discurso da moradora B não são trazidas da mesma forma pela moradora C, nascida na cidade de Dourados, em 1951. Filha adotiva, a entrevistada vai apontar a dificuldade de conseguir material impresso. Os pais tinham pouca escolaridade, cuidavam de uma fazenda e era nas viagens a Campo Grande que se adquiriam os livros: “Meu pai lia bastante, se for considerar a época e o estilo de vida”. “Ele trazia livros de Campo Grande. Nossos parentes também emprestavam livros para nossa família” (moradora C). Também parecia que não havia restrição à leitura: “Nós líamos o que nosso pai lia. Ele sempre trazia livros que todos podiam ler”. Um olhar mais atento vai perceber, entretanto, que a restrição estava, justamente, na seleção das obras, que era realizada pelo gosto paterno.

A aproximação entre as moradoras B e C vai se esmorecendo, a partir da juventude e das lembranças da cidade. As faltas apontadas por quem vem de fora não são rememoradas pela moradora nascida aqui. Provavelmente, pela impossibilidade de ter com o que comparar. A realidade que ela conheceu foi apenas a que estava colocada em Dourados: o barro, a falta de energia elétrica, a falta de livros. Por outro lado, lembranças dos encontros nas praças, da banda e dos leilões, não recordados pela primeira, são valorizadas pela moradora C: “Nossa praça era o local de encontro, as crianças brincavam, havia uma fonte de chafariz, com iluminação. Ali aconteciam os leilões, as apresentações da banda”. A entrevistada lembra, ainda, das pessoas importantes da cidade: “Depois foi fundado o jornal *O Progresso*. Lembro de pessoas importantes, como o pessoal d’*O Progresso*, o coronel Juca de Mattos, Antonio Amaro”. Essas pessoas importantes eram significativas pela situação econômica, pela cultura trazida de fora e pelos cargos que ocupavam no município. Entretanto, existiam as pessoas consideradas importantes para quem convivia com ela, dividindo leituras:

Tinha um grupo de amigos, na infância, que lia para mim. Eram os filhos do dentista, Dr. Antonio da Silva. Na comunidade de Vila Vargas, o grupo de jovens da igreja Assembléia de Deus se reunia para ler, não apenas textos religiosos, mas todo tipo de livros.

Se, por um lado, são similares a infância difícil, com poucos recursos para a compra de livros, apenas superada pelo empenho dos pais em emprestar obras, por

outro, o fim da infância das entrevistadas vai distanciar a trajetória dessas leitoras. Enquanto a entrevistada B prosseguiu seus estudos, chegando a assumir a cadeira de professora concursada de uma importante universidade pública, a C foi proibida de concluir as primeiras séries do antigo ensino primário. Por determinação do pai adotivo, a quem ela se refere como um grande leitor, a moradora C foi proibida de fazer o que ela mais amava: “aprender”.

Quando perguntado sobre o porquê da decisão, a senhora não se lembra, imagina apenas que fosse para evitar os namoros às escondidas. Recorda-se, inclusive, que essa era uma prática comum entre as famílias da época. Vale lembrar que a decisão de retirar as filhas mais cedo da escola resultou, muitas vezes, no seu casamento prematuro. O que não foi diferente com a moradora C. Aos dezesseis anos, ela estava casada com um homem um pouco mais velho do que ela e que também se alimentava de concepções ortodoxas em relação ao papel e lugar da mulher. Um tempo depois de casada, o marido, por necessidades financeiras, permitiu que ela trabalhasse. Guacira Lopes Louro (2002) lembra que, no início do século XX, ainda havia resistência em permitir que a mulher trabalhasse fora de casa. Por isso, a maioria dos pais que permitiam que sua filha estudasse por mais tempo direcionava sua formação para o magistério:

Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar (LOURO, 2002, p. 453).

Sem a escolaridade necessária para assumir a carreira do magistério, a leitora em questão passa a trabalhar no Ministério Público. É nesse momento, aos vinte e um anos de idade, que ela comprará o seu primeiro livro: “O primeiro livro que comprei foi em 1972, comprei a *Coleção Barsa*, depois comprei a *Divina Comédia*. Comprei depois uma coleção de dicionários” (moradora C). Ao rememorar os primeiros livros adquiridos a partir de seu interesse, a trajetória de construção de uma identidade leitora faz-nos pensar na ordem dessa compra: por que a *Coleção Barsa*? Diante dessa pergunta, a leitora respondeu: “Porque lá tinha a explicação de tudo”. O processo de aquisição da biblioteca é assim percebida por Roger Chartier:

O cruzamento inédito de enfoques temporalmente distantes uns dos outros (a crítica textual, a história do livro, a sociologia cultural), porém unidos pelo projeto de uma nova história cultural, acarreta um desafio fundamental: compreender como as apropriações concretas e as invenções dos leitores (ou dos espectadores) dependem,

em seu conjunto, dos feitos de sentido para os quais apontam as próprias obras, dos usos e significados impostos pelas formas de sua publicação e circulação e das concorrências e expectativas que regem a relação que cada comunidade mantém com a cultura escrita. (CHARTIER, 2009, p. 43)

Ao final das lembranças dos livros comprados, a moradora rememora a intimidação do marido: “meu marido achava que era um dinheiro perdido gastar com livros”. O interessante é que essa leitora contrariou todas as privações e falta de incentivos, e não desistiu de seus ideais. Ao rememorar seu passado, ela parece tentar entender de onde vinha a força para persistir. Além de leitora, a moradora se tornou escritora e é membro de várias Academias de Letras. A mesma resistência para ser leitora foi vivenciada quando o marido descobriu sua inclinação para a escrita:

Meu marido me proibia de escrever, dizia que não era coisa de mulher casada. Não tinha também liberdade de estudar... Então, usei uma tática diferente: passei a investir no meu marido. Passei a incentivá-lo a estudar. Ele terminou o Ensino Médio, depois fez Direito e passou a conviver com pessoas letradas, sábias. Depois, passou a permitir que eu escrevesse (moradora B).

A solução encontrada pela moradora C configura o resultado de uma trajetória que deu certo. Talvez por isso ela se lembre dessa forma, sem questionar a sua ação; pelo contrário, parece haver uma comemoração pelo resultado. Pelo exposto, o estudo e a convivência com pessoas letradas despertaram a sensibilidade de seu marido, que passou a autorizar a leitura e a escrita da esposa. Contudo, em conversa informal com a moradora, numa outra circunstância que não a da entrevista, ela se lembrou do dia em que o marido queimou seu caderno de poesias. Na época deste acontecimento, os netos já eram nascidos. Isso nos faz pensar que a transformação rememorada não foi tão completa. Seu esposo estudou, passou a advogar e a conviver com pessoas letradas, porém não se libertou inteiramente da concepção de que o espaço da mulher deve ser vigiado. Mais uma vez, lembramos da afirmação de Nobeit Elias:

Uma criança sensível pode esperar um destino diferente do de uma menos sensível na mesma família ou sociedade. Mas esse destino, e portanto a forma individual que o indivíduo assume lentamente ao crescer, não está traçado desde o início na natureza inata do bebê. O que advém de sua constituição característica depende da estrutura da sociedade em que ele cresce (ELIAS, 1994, p. 28)

Dentre essas aprendizagens sociais, uma seria o fato de que as mulheres leitoras e escritoras são perigosas. A conversa informal que tivemos, em que a moradora B desabafa sobre alguns atos do marido para impedi-la de ler e de escrever, demonstra, ainda, que o processo para que o marido lhe permitisse esse direito não foi instantâneo, como sua memória parecia acreditar no dia da entrevista. Os manuscritos foram

queimados quando já existiam os netos, a contar que a neta mais velha dessa moradora tem, hoje, em torno de 18 anos, é fácil perceber o quão vagarosa foi essa trajetória.

Se, de um lado, o marido passou a permitir que fosse escritora, ela ainda se sente presa: “Mas hoje eu não posso escrever tudo o que penso, porque ainda há a cobrança da sociedade, tenho a liberdade interna, mas não a social” (moradora C). Explica que, por ter nascido em Dourados, é muito conhecida e que as pessoas costumam confundir o personagem/sujeito lírico com o autor. O discurso chama a atenção para a presença de uma vigilância moral da conduta:

Uma concepção bastante aceita da relação entre indivíduo e sociedade expressa de maneira particularmente vivaz esse estágio de desenvolvimento. Nessa situação, com frequência parece ao indivíduo que seu verdadeiro eu, sua alma, está trancafiado em algo alheio e externo, chamado “sociedade”, como que numa cela. Ele tem a sensação de que das paredes dessa cela, de “fora”, outras pessoas, estranhos poderes exercem sua influência sobre seu verdadeiro eu como espíritos malévolos ou, às vezes, benignos; parecem atirar sobre ele bolas leves ou pesadas que deixam no eu impressões mais profundas ou mais superficiais (ELIAS, 1994, p. 34).

Dos livros e autores que lhe ficaram na memória, são citados: “*Ronda de estrelas* marcou profundamente minha infância. Também amei *JG* de Araújo Jorge. Li muito José de Alencar, Guimarães Rosas, Castro Alves, Sidney Sheldon, Florbela Espanca, uma mulher para além de seu tempo”. Percebemos que infância, adolescência e idade adulta se confundem na listagem das obras. Mas o que chama a atenção é o fato de ela citar autores da tradição literária: Rosa, Castro Alves, José de Alencar, Florbela Espanca. Ao citar essas personalidades literárias, a entrevistada mostra que, apesar de não ter concluído o ensino primário, realmente foi inserida no universo literário. Não podemos deixar de apontar que essa referência não foi sem intenção. Ao citar os clássicos, ela também pretendeu mostrar a erudição de seu conhecimento. Membro da Academia de Letras da cidade, parece haver, de certa forma, uma necessidade de citar autores da tradição literária. Por outro lado, em sua infância, era o pai que escolhia os livros quando viajava a Campo Grande.

A identificação ficcional e o direito de narrar: conclusões

As memórias permitem identificar grupos de leitores cujas práticas estão marcadas pela trajetória de infância. Também nessa perspectiva, observamos a identificação entre os que vieram de fora, de cidades com maiores recursos, principalmente em termos de instituições escolares, de apoio familiar e de leituras mais ligadas à literatura tradicional.

Em contrapartida, os que precisaram vencer a falta de recursos e a falta de incentivo para o estudo e para a leitura elegem títulos mais próximos da literatura popular, como os folhetos de cordel.

Apesar de as “grandes transformações históricas” dependerem das ações de pessoas “em particular”, interessa perceber, nas lembranças dos moradores mais antigos, como diferentes grupos se identificavam com as práticas de leitura vivenciadas no município. Interessa, ainda, constatar que as práticas de leitura dos moradores influenciam na maneira de olhar a realidade à sua volta, justificando a visão diferenciada das moradoras entrevistadas e a relação com a cidade. A moradora que veio de fora, professora universitária, residente em uma cidade com infra-estrutura, livrarias e Universidade Pública, não se identifica com o que encontrou aqui. Sente-se isolada em uma cidade sem asfalto, com poucas opções de casas e com difícil acesso aos livros. Seu olhar trespassa a vivência anterior e, por isso, emerge o discurso das “ausências”. Já a moradora que nasceu em Dourados, apesar de não ter o ensino primário completo, identifica-se com grupos de leitores de sua igreja e com as filhas do dentista que lia para ela. Ao invés do barro destacado pela primeira, rememora os encontros na praça da igreja.

Em síntese, o trabalho tem permitido perceber o lugar do livro nas primeiras décadas do município de Dourados. Nesse sentido, observamos a importância daqueles que vieram de fora, que trouxeram o seu acervo e que o compartilharam com seus amigos e vizinhos. Num relato que não trouxemos para este texto, devido à falta de espaço, uma moradora lembra que as revistas¹⁵ encomendadas por famílias de posses eram divididas entre várias mulheres e homens, curiosos por saberem as novidades das cidades grandes.

São esses os primeiros resultados da pesquisa sobre a História da Leitura em Dourados, uma história que nos apresenta livros, revistas, leitores e leitoras, enfim elementos não contemplados pelas histórias oficiais da cidade.

Referências

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2003.

¹⁵ A acadêmica Maria Neude Albuquerque está desenvolvendo um projeto de pesquisa em torno destas revistas, guardadas pelo museu da cidade.

_____. (Org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura no Brasil (ABL); São Paulo: Fapesp, 2005 (Coleção História da Leitura).

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem bocas: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIRMAN, Patrícia. *Relações de gênero, possessão e sexualidade*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Àvila, Eliana Lourenço de Lima e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In.: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001, p. 99-181. (Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli).

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: *Paisagens, textos e identidade*. Org. Roberto Lobato Corrêa e Zany Rosendahl. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

BRANDÃO, Luis Alberto. *Grafas de identidade: Literatura Contemporânea e Imaginário Nacional*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Lamparina editora/Fale (UFMG), 2005.

CARMELLO, Armando da Silva. *Dourados, terra prometida*. Campo Grande: Alvorada, 1973.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

D'INCARO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 223-240.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador – uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *Hermenêutica em retrospectiva*. Trad. Marco Antônio Casanova. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?” In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. e org. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- _____. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. In: LOVIK, Liv (Org.); Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil – sua história*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- JAUSS, Hans Robert, [et al]. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Coord. e trad. De Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 443-481.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MARTINS, Ana Luiza. A produção de uma nova mulher: Revistas Femininas. In.: *Revistas em revistas: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Fapesp, Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 371-377.
- ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica Cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.